

[Modelo] Criminal

Representação

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
DA COMARCA DE _____

_____, brasileiro, solteiro, industriário, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de _____, na Rua __, n.º __, vem, por intermédio de seu advogado (doc. nº 01), com quem também subscreve a presente, com o devido acato à presença de Vossa Excelência propor a presente Ação Pública Condicionada à Representação, nos termos do parágrafo único do art. 147 do Código Penal, contra _____, brasileiro, casado, jardineiro, também residente nesta cidade e comarca na Rua _____, n.º __, e a quem se imputa o crime de Ameaça, definido no “caput” do artigo supra-citado, conforme demonstra a seguir:

1. O Requerente, modesto industriário, foi procurado, na semana p.p, pelo Requerido que lhe pediu empréstimo em dinheiro que lhe foi negado, mesmo porque, percebendo pouco salário, não tem condições de fazer qualquer empréstimo, mínimo que seja;
2. Desde então, o Requerido tem sistematicamente esperado o Requerente à saída de seu local de trabalho, encerrado o expediente, e, na presença de testemunhas, cujos nomes constam do rol infra, algumas vezes empurrando e outras vezes ameaçando-o de agressões.
3. Entende o Requerido que referida situação não pode perdurar uma vez que a mesma, além de tirar-lhe toda a tranqüilidade, vem transtornando sua vida.

Posto Isso, tendo o Requerido ajustado sua conduta à figura delituosa típica estampada no “caput” do já mencionado art.

147 do Código Penal, o requerente vem representar a Vossa Excelência contra o mesmo, requerendo se requisite da Autoridade Policial instauração de Inquérito Policial em que se indicie _____, tudo para que afinal se promova a competente Ação Penal.

Nesses Termos, Pede deferimento.

_____ de ____ de ____.

Advogado OAB n.º _____

Representante

Rol de testemunhas:

1) _____ (qualificação e endereço)

2) _____ (qualificação e endereço)

3) _____ (qualificação e endereço)

Modelo | Representação Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
Exmo. Sr. Dr. Delegado de Polícia da Comarca de.....

(nome, qualificação e endereço), por seu advogado infra-assinado (doc. anexo), com escritório situado nesta cidade, à rua....., onde recebe intimações e avisos, vêm, à presença de V. Exa., com fundamento no art. 5.º, § 4.º, do Código de Processo Penal, oferecer REPRESENTAÇÃO contra (nome, qualificação e

endereço), em vista das seguintes razões de fato e de direito:

1. O representante em data de..... às..... horas, nesta cidade, à rua....., fora ameaçado pelo representado, que lhe dirigiu as seguintes palavras na presença de testemunhas.
2. Tem o representante receio de que o representado venha a cumprir com o prometido, eis que o mesmo sempre transita armado, já tendo se envolvido em outras oportunidades em encrências, que denotam sua atitude violenta.
3. A vista do exposto, considerando-se que a atitude do representado constitui crime de ameaça, na forma do art. 147 do Código Penal e por depender de representação a apuração e responsabilidade de tal delito, é a presente para respeitosamente requerer a V. Exa., seja a presente recebida e tomadas as providências legais, com a oitiva do representado e das testemunhas ora indicadas, remetendo-se a seguir os autos ao Juízo desta comarca, para que o representante do Ministério Público venha a oferecer a competente denúncia.

Pede deferimento.

(local e data)

(assinatura e n.º da OAB do advogado)

Modelo | Representação Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _ª VARA

CRIMINAL DA COMARCA DE _____.

_____, brasileiro, mecânico, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº , *inscrito no CPF/MF sob o nº* , domiciliado e residente nesta comarca, por seu procurador e advogado que esta subscreve (doc. 01), inscrito na OAB, seção de , **sob o n.º** , **com escritório na Rua _____ n.º** , **Bairro** , **CEP.** , onde recebe intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 3000, combinado com o artigo 44 do Código Processual Penal, oferecer a presente **REPRESENTAÇÃO CRIMINAL**, contra _____, brasileira, costureira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº _ , **inscrita no CPF/MF sob o nº** _ também domiciliada e residente nesta comarca na Rua _ , nº , **Bairro** _ , **CEP.** __, para fins de ser a mesma Denunciada e Processada na forma do artigo 33000 do Código Penal (Denúncia Caluniosa), pelos motivos de fato e de direito que passa a aduzir:

1. Conforme se vê nas peças em anexo, extraídas dos autos da Ação Penal – Proc. nº , **desta comarca, o Requerente foi, deliberadamente e por vingança, acusado pela cidadã acima qualificada, mediante “Representação Criminal”, de ter furtado em co-autoria, no dia //, aproximadamente, _____** (expor a acusação).
2. Encerrada a fase policial, com remessa do Inquérito à Juízo, a Digníssima Promotoria, por força das exigências do artigo 42 do Código de Processo Penal, ofereceu “Denúncia” contra o Requerente, e demais elementos apontados como co-autores (doc. 02), o que, por tal fato, implicou na sua “citação”(doc. 03), “qualificação” e “interrogatório”(doc. 04), sujeitando-o a uma situação constrangedora e humilhante, e a todos os danos morais e materiais, que à espécie acarreta.
3. Terminada a instrução processual, e ouvidas as _ testemunhas, ilustre e honrado Representante do Ministério Público, após detido exame do processo, houve por bem, nas suas “Alegações Finais”(doc.05), pedir a

absolvição de Requerente, através da seguinte declaração:

“Com referência ao acusado ____, nada ficou provado, pelo que, deve ele ser absolvido das acusações que lhe foram feitas na denúncia”.

4. Finalmente, com a publicação da referida sentença prolatada em _ **de** _____ de 20____ (doc. 06), ficou definitivamente reconhecida e proclamada a inocência do Requerente, pelo MM. Juiz, julgador do feito, consoante se vê pelo respeitável pronunciamento abaixo:

“Julgo por sentença, em parte, improcedente a denúncia de fls., para absolver como de fato absolvo _____, já qualificado, por reconhecer este juízo que o mesmo não participou do crime de furto mencionado da denúncia de fls. _”.

5. Segundo a lei, a doutrina e a jurisprudência, não é justo e nem jurídico que, alguém à pretexto de defesa de seus direitos, procure a autoridade competente, levando-lhe queixa contra um cidadão inocente, sujeitando-o à humilhações e vexames econômicos e morais de toda a ordem, com abalo de seu crédito e reputação, e fique impune pelo ato dolosamente praticado.
6. À luz do expendido, e dado as conseqüências morais e patrimoniais sofridas injustamente pelo Requerente no processo mencionado, é a presente com fundamento no disposto do artigo 33000 do Código Penal para, respeitosamente requerer de Vossa Excelência., as providências que se fizerem necessárias, no sentido de ser a cidadã _____, qualificada supra, Denunciada e Processada criminalmente na forma legal, ouvindo-se oportunamente, se necessário, as testemunhas abaixo relacionadas, com dispensa de inquérito policial,

de vez que a inclusa documentação faz “prova plena” da existência do ilícito penal e da autoria.

Termos em que, com os documentos acostados,

Pede e aguarda deferimento.

__, _ de _ de __.

Advogado OAB nº __.

Rol de Testemunhas:

- 1) _____ (nome, qualificação e residência)
- 2) _____ (nome, qualificação e residência)
- 3) _____ (nome, qualificação e residência)

Modelo | Representação Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
ILMO. SR. DR. DELEGADO TITULAR DA ___ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE
_ .

_, defensor público em exercício nesta comarca, cientificando-se do crime de, previsto no artigo **do Código Penal, vem, com supedâneo no artigo 3000 e parágrafos do Código Processual Penal, representar contra** _____, Nome, Qualificação e Residência, pelos motivos que a seguir expõe, para a final requerer:

1. (Narrar o evento criminoso em detalhes);

2. (...).
3. Desse modo, incorreu nas sanções dos arts. ___**do Código Penal, crime punido com pena de** _____;
4. Tratando-se de crime de AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA e encontrando-se os pais da vítima entre os juridicamente miseráveis, requer a Vossa Senhoria:

- a) a oitiva do representante do Ministério Público;
- b) a ratificação da representação pelo representante legal da vítima;
- c) a juntada aos autos do rol de testemunhas.

Termos em que, pede e espera deferimento.

___, _ **de de** ___.

Advogado OAB nº ___.

Rol de testemunhas:

- 1) ___ (nome, qualificação e residência);
- 2) ___ (nome, qualificação e residência);

Modelo – Retratação Criminal – Desistência do Processo Penal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
Pedido de Retratação; Desistência do Processo Penal;

Retratação da Representação.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO FORO DE (cidade/estado)

PEDIDO DE RETRATAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO OFERECIDA NO TERMO CIRCUNSTANCIADO – DESISTÊNCIA DO PROCESSO CRIMINAL – AMEAÇA

Processo nº:

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RÉU: (BELTRANO DE TAL)

DELITO: AMEAÇA (Art. 147 do CP)

PETIÇÃO: Retratação da representação oferecida por Termo Circunstanciado

Eu, (FULANO DE TAL), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº... e RG nº ..., residente e domiciliado na (rua/nº), (bairro), (cidade/estado), (CEP), venho, respeitosamente perante Vossa Excelência, por intermédio de meu advogado, com procuração anexa, (CICLANO DE TAL), (nacionalidade), advogado inscrito na OAB/SP sob o nº..., com endereço profissional na (Rua/nº), (bairro), (cidade), (CEP), onde recebe intimações e notificações, expor os fatos e requerer

A RETRATAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO

em face de não ter mais interesse na tramitação do processo, visto que a situação entre mim e o acusado está tranquila e resolvida.

1. FATOS

Trata-se de termo circunstanciado instaurado para apurar os fatos alegados pela vítima (FULANO DE TAL) e figurando como

autor (BELTRANO DE TAL)

Este tramita pelo JECRIM no Foro da (cidade/estado), sob processo de número.....

Após os fatos, a vítima fez o Boletim de Ocorrência e por consequência se instaurou o Termo Circunstanciado para apuração destes.

Nas declarações para proceder o Termo Circunstanciado, foi perguntado à vítima se possuía vontade de representar contra o autor do fato, sendo assim, no processo, se encontra a opção pela representação que foi feita pela vítima dentro do Termo Circunstanciado.

Fato é que transcorrido razoável lapso temporal, dos fatos até a data de hoje, a vítima e o autor do fato se entenderam e fizeram as pazes e resolveram seus conflitos amigavelmente, inclusive hoje em dia trabalham juntos em eventos de portaria e segurança, sendo assim, a vítima não tem mais interesse em prosseguir com a tramitação do processo.

Por meio desta então, vem requerer a Retratação da Representação.

2. DO DIREITO

Sendo feita a representação dentro do Termo Circunstanciado, por óbvio não houve audiência para questionar a vítima se teria intenção ou não de representar contra o autor do fato. Oportunidade em que a vítima teria manifestado a vontade de interromper a tramitação do processo.

Ademais, conforme regulamenta os artigos 25 do CPP e 102 do CP, só não é possível a retratação após o recebimento da denúncia, o que em contrapartida, antes desse momento se permite a retratação da representação.

Visto que ainda não ocorreu o recebimento da denúncia e por não querer mais prosseguir com o processo, não resta outra alternativa a não ser o protocolo da petição presente pela vítima do fato, para proceder perante ao Ministério Público a Retratação da Representação.

3. DO PEDIDO

Diante do Exposto, requer se digne Vossa Excelência:

a) Reconhecer a retratação da representação, acarretando na desistência do processo em face da vítima não ter mais interesse na tramitação do mesmo, visto que a situação entre a vítima e o acusado está definitivamente resolvida.

b) Declaração da extinção do feito processual, determinando o arquivamento do feito, bem como a baixa de todos os registros perante o Cartório.

Compromete-se a vítima do fato, bem como seu advogado a prestar os devidos esclarecimentos, comparecendo em audiência se for necessário designá-la.

Termos em que,

Pede Deferimento

(cidade/estado), (dia/mês/ano)

Advogado: CICLANO DE TAL

OAB/SP nº:

[Modelo] Criminal

Representação

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
ILMO. SR. DR. DELEGADO TITULAR DA ___ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE
_ .

_, defensor público em exercício nesta comarca, cientificando-se do crime de, previsto no artigo **do Código Penal, vem, com supedâneo no artigo 3000 e parágrafos do Código Processual Penal, representar contra _____**, Nome, Qualificação e Residência, pelos motivos que a seguir expõe, para a final requerer:

1. (Narrar o evento criminoso em detalhes);
2. (...).
3. Desse modo, incorreu nas sanções dos arts. ___**do Código Penal, crime punido com pena de _____**;
4. Tratando-se de crime de AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA e encontrando-se os pais da vítima entre os juridicamente miseráveis, requer a Vossa Senhoria:

- a) a oitiva do representante do Ministério Público;
- b) a ratificação da representação pelo representante legal da vítima;
- c) a juntada aos autos do rol de testemunhas.

Termos em que, pede e espera deferimento.

__, _ **de de** ___.

Advogado OAB nº ___.

Rol de testemunhas:

1) __ (nome, qualificação e residência);

2) __ (nome, qualificação e residência);

Representação Criminal – Ameaça – Art. 147 CP

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIRETO DA ^a VARA DA
COMARCA DE _____

__, brasileira, solteira, auxiliar administrativa, inscrita no CPF sob nº __, residente e domiciliada na Rua __, nº __, **Bairro** _____, na cidade de __, por seu advogado in fine assinado, ut instrumento de procuração anexo (doc. nº 01), com escritório situado à rua __, nº __, **bairro** ____, CEP __, na cidade de __, onde recebe intimações, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., com fundamento no que preceitua o artigo 100, § 1º do CP e art. 24 do CPP, REPRESENTAR contra __, brasileiro, casado, autônomo, RG sob nº __, residente e domiciliado na rua __, nº __, **bairro** ____, na cidade de __, CEP __, neste Estado, pelas razões que alinhadamente passa a expor:

A autora, durante aproximados 11 meses, entre //_ e //_, manteve uma relação amorosa com o Réu. Entretanto, após constatar que o mesmo tinha família constituída com outra pessoa, em uma cidade vizinha, resolveu pôr termo ao namoro. Inconformado com a atitude da autora, o réu passou a importuná-la com frequência, na sua residência e no seu local de trabalho, tentando convencê-la a reatar o namoro.

O réu não obteve êxito no seu intento. Frustrado, este passou então a ameaçá-la de morte, não só a ela mas também a toda a

sua família, pois acredita que os pais da autora são os culpados pelo fim do relacionamento.

Deve-se esclarecer que o réu, reiteradamente, repetiu suas ameaças na frente dos pais da autora e de colegas de trabalho que a tudo presenciaram.

Isto posto requer:

a) Que a cabível ação penal seja instaurada e o réu seja enquadrado nas penas dispostas no artigo 147 da Legislação Substantiva Penal, tendo em vista as injustas e descabidas ameaças que reiteradamente vem fazendo à Autora, roubando-lhe a paz de espírito e a tranquilidade;

b) Se digne V. Exa. determinar a imediata instauração de Inquérito Policial, para apuração dos fatos alegados e sejam tomadas as providências cabíveis ao caso;

c) Oferece desde já o rol de testemunhas;

d) A oitiva do D. Representante do Ministério Público, para os fins de direito e JUSTIÇA!;

Termos em que,

P. E. Deferimento

, _ de de 200.

Advogado

OAB – _ nº

Autora

Rol de Testemunhas:

1.) *brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na Rua .*

2.) *brasileiro, casado, metalúrgico, residente e domiciliado na Rua .*

Representação Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
AO DOUTO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA CENTRAL DE INQUÉRITOS DE
CIDADE/UF

NOME DO CLIENTE, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF/MF nº 00000000, com Documento de Identidade de nº 000000, residente e domiciliado na Rua TAL, nº 00000, bairro TAL, CEP: 000000, CIDADE/UF, vem respeitosamente perante a Vossa Excelência propor:

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

se digne V. Exa. determinar a abertura de Inquérito Policial, para que assim a autoridade policial competente proceda, com o objetivo de apurar as responsabilidades criminais dos ora representados, FULANO DE TAL, BELTRANO, SICRANO, FULANA e BELTRANA, todos de qualificação ignorada, e podendo ser encontrados na Rua TAL, nº 00, na Comarca de CIDADE/UF, como incurso nos artigos 155, 4º, incisos I e IV (furto qualificado), 163, parágrafo único, I, pelas seguintes razões de fato e de direito.

OS FATOS

O representante é legítimo senhor e possuidor do veículo marca TAL, Modelo TAL, cor TAL, ano de fabricação TAL, placa XXX-0000 da Cidade TAL, adquirido há mais de TANTOS meses do

antigo proprietário TAL, pela quantia de R\$ 000 (REAIS), como se infere do contrato de compra e venda (doc. 00).

Nesse contrato ficou avençado entre as partes, que o vendedor entregaria até a DIA/MÊS/ANO, os documentos hábeis à transferência do veículo perante o órgão competente (DETRAN), uma vez que o documento de porte obrigatório se encontrava em nome da empresa TAL. Posteriormente, devido o prazo ter se esgotado, o ora representante, ajuizou a competente ação de obrigação de fazer de preceito cominatório contra o vendedor, cujo processo se encontra em trâmite perante a 00ª Vara Cível da Capital.

Ao que parece, embora nada existisse a nível de alienação ou reserva de domínio, havia entre FULANO e a empresa TAL, saldo devedor em relação à aquisição do veículo, o que mesmo assim não motivou medida judicial alguma por parte dessa empresa por mais de TAL ano, preferindo agir por meio de seus prepostos, como se contará, de forma criminosa, atingindo de forma violenta a pessoa do representante, tanto em seu patrimônio, quanto em seus valores morais.

DOS CRIMES

Com efeito, em DIA/MÊS/ANO, por volta das TANTAS horas, nas dependências do estacionamento do Shopping TAL, nesta Capital, o representante foi surpreendido por atos criminosos e de barbarismo praticados pelos representantes, que de maneira infensa ao direito e sem amparo de qualquer ordem judicial, como se acima da lei estivessem, determinaram que os Seguranças daquele estabelecimento efetuassem o travamento das rodas do veículo através de dispositivos mecânicos, impossibilitando o seu deslocamento.

Posteriormente, ao destruírem o vidro da porta lateral direita, bem como o para-brisa dianteiro, para terem acesso ao interior do carro cometeram o crime de dano, e não satisfeitos, furtaram o módulo de ignição que comanda as

funções do veículo. E, ainda, aproveitando-se da situação tumultuada, já que o ora representante após legítima resistência ao crime que se estava cometendo, pois o patrimônio que se tentava esbulhar era legalmente seu, os representantes furtaram ainda uma capanga com documentos e R\$ 0000 (REAIS) como se infere do Boletim de Ocorrência expedido pela Delegacia de Furtos de Veículos da Capital, para onde o carro foi levado tendo em vista o chamamento daquela autoridade policial por parte dos Seguranças do Shopping.

DAS PROVAS

O incluso documento de Ocorrência datado de DIA/MÊS/ANO, assinado pelo Inspetor FULANO DE TAL, e ainda o Auto de Exibição e Apreensão de DIA/MÊS/ANO da Delegacia de Furtos e Roubo de Veículos, com seu Comunicado de Furto, comprova de forma insofismável e extrema de dúvidas que os empregados da TAL, provavelmente, seguindo ordens superiores e com aprovação de seu advogado FULANO DE TAL que embora presente no local, compactuou com as atitudes dos representantes, cometeram os crimes supracitados e pelos quais devem ser responsabilizados penalmente.

Além do mais, as testemunhas arroladas também servirão de supedâneo para a comprovação dos delitos que naquela data foram praticados.

CONCLUSÃO

Com o sentido de dar ares de legalidade a seus atos criminosos, o empregador dos delinquentes, em verdadeira fraude processual, que motivará, certamente, por parte do Ministério Público, a medida penal cabível, e sabedores que o representante ingressaria com a Manutenção de Posse (00ª Vara Cível – Autos nº 00000) e cuja liminar foi deferida, ingressou com ação de sequestro do bem, com o induzimento do juízo a erro, pois retiraram da DFV através de liminar, equivocadamente concedida, o veículo que lá se encontrava

apreendido para perícia.

O engodo cristalino da inicial de sequestro que afirmava estar o carro com o proprietário anterior apenas como comodato, é prontamente sepultado pelo incluso recibo assinado pelo próprio advogado da TAL, Dr. FULANO DE TAL que especifica ter sido o bem, alvo de transação comercial, restando tão somente um saldo devedor de R\$ 0000 (REAIS) e datado de DIA/MÊS/ANO.

Dessa forma, fica também evidenciada a fraude processual que se leva a efeito na 00ª Vara Cível e a verdadeira aventura criminosa que se envolveram os representados e seus patrões.

Em decorrência de todos esses fatos, encontra-se a empresa TAL em posse do veículo já descrito, conseguida por meios criminosos, ou seja, por fraude processual.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, vem o representante FULANO DE TAL, com base nos dispositivos legais já mencionados, requerer seja instaurado o competente Inquérito Policial pela autoridade competente, com o indiciamento dos representados para que posteriormente sejam processados na forma da lei.

Finalmente, digno-se Vossa Excelência, com base no artigo 240, 1º, letra b do CPP, determinar, em decorrência do meio criminoso utilizado pela empresa TAL, empregadora dos representados, a busca e apreensão do veículo marca TAL, modelo TAL, cor TAL, ano de fabricação TAL, placa XXX-0000, que se encontra em poder da referida empresa.

Termos em que,

Pede Deferimento.

CIDADE, 00, MÊS, ANO

ADVOGADO

Representação

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DE POLÍCIA DO 00º DISTRITO
POLICIAL DE CIDADE/UF

NOME DO CLIENTE, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF/MF nº 00000000, com Documento de Identidade de nº 0000000, residente e domiciliado na Rua TAL, nº 000000, bairro TAL, CEP: 0000000, CIDADE/UF, por seu Advogado constituído nos termos do incluso instrumento de mandato (doc. 00), vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria oferecer

REPRESENTAÇÃO

em face de FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF/MF nº 00000000, com Documento de Identidade de nº 0000000, residente e domiciliado na Rua TAL, nº 000000, bairro TAL, CEP: 0000000, CIDADE/UF, pelos motivos que abaixo passa a expor:

DOS FATOS E DO DIREITO

O Representante é pessoa idônea e de bons antecedentes criminais.

Ocorre que em DIA/MÊS/ANO compareceu ao Banco TAL para efetuar o pagamento de uma fatura, com vencimento naquela data.

De repente, veio do final da fila o Representado e tentou passar a vez, inclusive em tom de voz alterada e sem medidas nas expressões.

O Representante, que já aguardava na fila por mais de 20 (vinte) minutos, tentou impedi-lo, dizendo que ele deveria aguardar no final da fila.

No entanto, o Representado, sem qualquer medida, passou a agredir fisicamente o

Representante, que tentou defender-se, mas foi violentamente jogado ao chão.

Outras pessoas, que estavam na fila, voltaram-se em ajuda à vítima daquela agressão, enquanto que o Representado, saiu da agência bancária calmamente, como se nada tivesse acontecido.

O Representante foi socorrido, inclusive pelo Gerente da agência que disse que o Representado tem por hábito praticar tal conduta.

Assim, com a prática acima descrita o Representado cometeu praticou o crime de lesão corporal, previsto no art. 129 do Código Penal, que é de ação penal condicionada à representação, motivo pelo qual apresenta esta com o interesse de que seja instaurado o respectivo inquérito policial com a posterior denúncia pelo Representante do Ministério Público, promovendo-se a competente persecução penal em face do Representado.

Requer juntar nesta oportunidade o laudo médico (doc. 00) realizado em razão das lesões resultantes, bem como indicar como testemunhas as pessoas abaixo qualificadas.

Termos em que,

Pede Deferimento.

CIDADE, 00, MÊS, ANO

ADVOGADO

OAB Nº

ROL DE TESTEMUNHAS:

SICRANO, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF/MF nº 0000000, com Documento de Identidade de nº 000000, residente e domiciliado na Rua TAL, nº 00000, bairro TAL, CEP: 000000, CIDADE/UF

BELTRANO, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF/MF nº 0000000, com Documento de Identidade de nº 000000, residente e domiciliado na Rua TAL, nº 00000, bairro TAL, CEP: 000000, CIDADE/UF

Modelo de Representação Criminal – Ameaça e Invasão de Domicílio.

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
Médico vítima de violência. Paciente com psicose obsessiva. Diversos internamentos em instituições psiquiátricas. Ameaça de violência e invasão do domicílio e atentado contra a liberdade de trabalho.

EXMO. SR. DR. DELEGADO DE POLÍCIA DO ...^a DISTRITO POLICIAL DESTA ...

....., (qualificação), residente e domiciliado nesta ..., na Rua ... nº ..., por intermédio de seu advogado infra-assinado, com escritório profissional na Rua ... nº..., vem, respeitosamente perante Vossa Senhoria apresentar:

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

contra a pessoa de, (qualificação), residente e

domiciliado na Rua ... nº ..., pelos motivos que passa a expor:

1. O requerente, há cerca de ... anos atrás, aproximadamente, prestou serviços profissionais à requerida, atendendo o quadro clínico pertinente à sua especialidade. Após algumas consultas, o requerente passou a perceber na requerida sintomas de psicose obsessiva relacionada com a pessoa. Tal doença, de séria gravidade, não pertence à especialidade do requerente, que concedeu alta à pessoa da requerida no que concernia ao tratamento que com ele vinha desenvolvendo.
2. Este tipo de doença (psicose-obsessiva) manifesta uma transformação no comportamento de caráter tal, que passou a requerida a perseguir o autor em sua casa e consultório, causando sérias conturbações em seu âmbito familiar e profissional.
3. A requerida esteve internada diversas vezes nos últimos meses, cerca de quinze vezes, em instituições como Instituto Penal, Instituto ... e diversos Pronto Socorros de nossa cidade. Foi levada em... próximo passado ao Pronto Socorro Psiquiátrico junto com o Dr. ..., sendo internada.
4. A doença de que padece a requerida é, segundo Wingarden e Loud Smith, em sua obra "TRATADO DE MEDICINA INTERNA", 16ª Edição, 1984, "Distúrbio da mente e da personalidade que aparece com a consciência lícita e se caracteriza por várias alterações inconfundíveis nas vivências mentais como modo de pensar e humor, que raramente desaparecem por completo". E, quiçá em face disto, ultimamente a conduta da requerida em relação ao requerente vem se tornando perigosa, o que gerou a presente iniciativa.
5. Como já asseverado, nos últimos seis meses, o requerente tem sido constantemente molestado pela requerida que tem ido apertar a campainha de sua casa, forçado seu portão, em atitudes de flagrante violência, no sentido de

invadir a residência do requerente. Tem também telefonado proferindo ameaças em sua casa e seu consultório.

6. No fim de semana, próximo passado, tentou invadir seu domicílio, agredindo o porteiro, para poder passar ao apartamento do requerido. Na segunda-feira dia ... do mês ..., invadiu seu consultório, proferindo impropérios e ameaças.
7. Em virtude de todos estes fatos, inclusive uma invasão de seu domicílio durante um jantar para amigos, é que vem o requerente, apoiado pelo depoimento das testemunhas que indica no rol abaixo, que presenciaram diversos dos fatos narrados nesta peça, requerer, seja instaurado contra a requerida inquérito policial pela prática das infrações descritas nos arts. 147, 150 e 197, inciso I todos do Código Penal Brasileiro.

As testemunhas abaixo arroladas comparecerão independentemente de intimação.

Nestes Termos

Pede Deferimento

..., ... de ... de ...

.....

Advogado OAB/...

TESTEMUNHAS:

01- ...

02- ...

03- ...

Representação criminal – Modelo

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
Crime de ameaça – Artigo 147 do Código Penal

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL
DA COMARCA DE _____

_____, brasileiro, solteiro, industriário, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de _____, na Rua __, n.º __, vem, por intermédio de seu advogado (procuração em anexo), com quem também subscreve a presente, com o devido acato à presença de Vossa Excelência propor

Representação Criminal

, nos termos do parágrafo único do art. 147 do Código Penal, contra _____, brasileiro, casado, jardineiro, também residente nesta cidade e comarca na Rua _____, n.º __, e a quem se imputa o crime de Ameaça, definido no “caput” do artigo supra-citado, conforme demonstra a seguir:

1. O Requerente, modesto industriário, foi procurado, na semana p.p, pelo Requerido que lhe pediu empréstimo em dinheiro que lhe foi negado, mesmo porque, percebendo pouco salário, não tem condições de fazer qualquer empréstimo, mínimo que seja;
2. Desde então, o Requerido tem sistematicamente esperado o Requerente à saída de seu local de trabalho, encerrado o expediente, e, na presença de testemunhas, cujos nomes constam do rol infra, algumas vezes empurrando e outras vezes ameaçando-o de agressões.
3. Entende o Requerido que referida situação não pode

perdurar uma vez que a mesma, além de tirar-lhe toda a tranqüilidade, vem transtornando sua vida.

Posto Isso, tendo o Requerido ajustado sua conduta à figura delituosa típica estampada no “caput” do já mencionado art. 147 do Código Penal, o rquerente vem representar a Vossa Excelência contra o mesmo, requerendo se requisite da Autoridade Policial instauração de Inquérito Policial em que se indície _____, tudo para que afinal se promova a competente Ação Penal.

Nesses Termos,

Pede deferimento.

_____ de ____ de ____.

Advogado

OAB n^o _____

Representante

Rol de testemunhas:

1) _____ (qualificação e endereço)

2) _____ (qualificação e endereço)

3) _____ (qualificação e endereço)

Representação criminal na forma de notitia criminis c/c pedido de concessão de medida cautelar de afastamento

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
Ameaça, Calúnia, denúncia caluniosa.

EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA _ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DO CRATO-CE OU A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.

[COM PEDIDO LIMINAR DE URGÊNCIA]

FULANO DE TAL, brasileiro, Casado, Autônomo, inscrito no CPF sob o Nº XXX E RG sob o Nº XXX SSP/BA, residente e domiciliado à Avenida XXX , nº 1975 – XXX – Ceará, CEP XXX , Bairro XXX , com endereço eletrônico XXX , neste ato representado por seu Causídico X , brasileiro, casado, regularmente inscrito (a) na OAB/CE sob o nº XXX , com escritório profissional situado a Avenida XXX , nº 321 – Sala 05, Bairro XXX – CEP XXX , XXX – Ceará – Brasil, Endereço eletrônico XXX , vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos Art. 147, parágrafo único; Art. 138, caput; e Art. 339, Caput, todos do Código Penal Brasileiro, e por fim no Art. 5º, XXXV da CF/88, oferecer a presente:

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL NA FORMA DE NOTITIA CRIMINIS C/C

PEDIDO DE CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR DE AFASTAMENTO

Em face de BELTRANO DA SILVA, brasileiro, casado, agente de endemias, portador da Cédula de Identidade RG: XXX SSP/CE e do CPF: XXX , residente e domiciliado à Rua XXX 663, Bairro XXX , XXX /CE – CEP: XXX , pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I – SÍNTESE DOS FATOS

O Noticiante é credor do Representado, em decorrência da venda de um imóvel localizado em Fortaleza/CE (Contrato em anexo).

Ocorro que, meses após o fechamento do negócio, diversos cheques dados como pagamento pelo Sr. Y, começaram a voltar como sem fundos, tendo sido honrados os pagamentos pela sua filha, demonstrando a clara incapacidade do devedor de continuar a pagar as parcelas do negócio firmado.

Desta forma, desesperado por não poder mais honrar com os pagamentos, e com receio que fosse aplicada a multa de quebra contratual acertada, este deu início a litígio cível que versa sobre a legalidade do contrato de promessa de compra e venda do dito imóvel.

Pois bem, durante o curso do litígio, no qual o Noticiante já buscou inclusive a composição amigável, o Representado tem se dirigido diversas vezes até as lojas de propriedade do Sr. X, adentrando nas mesmas, amedrontando seus funcionários, e proferindo ameaças de morte dirigidas ao Noticiante, para quem quisesse ouvir, inclusive lojistas vizinhos, que estão todos apavorados com a situação.

Ocorre também, Douto (a) Magistrado (a), que nas diversas vezes que o Representado se dirigiu até as lojas do noticiante, este proferiu ofensas à honra do mesmo, tendo dito para seus funcionários e lojistas vizinhos que o Sr. Cristiano “Não prestava, que era um criminoso, um estelionatário, e que dá próxima vez que o visse, o mataria, e que todos que estivessem por perto, iam junto com ele (ipsis verbis)”

Após estes diversos ocorridos e visitas indesejadas do Sr. Y às lojas do Noticiante, alguns lojistas ainda chegaram a vê-lo rondando os locais, portando o que seria uma arma de fogo, e perguntando onde seria a casa do Noticiante, pois este queria ir direto lá.

Empós os fatos narrados, o Sr. X recebeu uma intimação da Delegacia de Defraudações e Falsificações de Fortaleza/CE, para prestar esclarecimentos sobre um suposto Estelionato que teria cometido, contra o Sr. Cícero Rodrigues, segundo o próprio (I.P. Nº XXX – Documentos em anexo). Ora, Excelência, isto é um absurdo! O Noticiante é pessoa de boa-fé, comerciante local conhecido e de índole ilibada, que sempre procedeu em todas as suas negociações de forma honesta e dentro da lei, o que é provado pela juntada do contrato da negociação geradora do litígio, que foi elaborado por advogado escolhido pelas partes, e assinado pelas mesma de livre e espontânea vontade; o que comprova a tentativa de fraudar a cláusula de quebra, a má índole, e o desequilíbrio do Representado.

Importante salientar também que, o Sr. Y, no auge de seu desequilíbrio, chegou a se dirigir até onde estudam os 3 filhos pequenos do Noticiante, o colégio pequeno XXX , no bairro XXX , XXX /CE, , para difamar o mesmo para as coordenadora e professores da instituição, gerando um medo para a família de que este possa fazer algum mal até aos seus filhos.

O Noticiante, sua esposa e seus filhos, estão completamente apavorados com a situação, com receio de frequentar locais públicos, de permanecer em suas lojas para trabalhar, e seus filhos estão com medo até de ir para a escola, devido a situação perigosa e ameaçadora que o Representado, no ápice de seu desequilíbrio, está criando.

II – DOS CRIMES PRATICADOS

II.I – DO CRIME DE AMEAÇA (ART. 147, CPB)

Desta forma, resta inconteste a prática do crime de ameaça (art. 147 do CP). A respeito disso, delimitando considerações acerca do tipo penal supramencionado, evidenciamos as lições de Cleber Masson:

O núcleo do tipo é “ameaçar”, que significa intimidar, amedrontar alguém, mediante promessa de causar-lhe mal injusto e grave. Não é qualquer mal que caracteriza o delito, mas apenas o classificado como “injusto e grave”, que pode ser físico, econômico ou moral. Mal injusto é aquele que a vítima não está obrigada a suportar, podendo ser ilícito ou simplesmente imoral. Por sua vez, mal grave é o capaz de produzir ao ofendido um prejuízo relevante. Além disso, o mal deve ser sério, ou fundado, iminente e verossímil, ou seja, passível de realização. Em outras palavras, a ameaça há de ser séria e idônea à intimidação da pessoa contra quem é dirigida. (MASSON, Cléberio Rogério. Direito Penal Esquematizado: parte especial. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Método, 2010. Págs. 219-220)

Logo, perfeitamente caracterizado o crime de ameaça, comprovado por amplo acervo testemunhal.

II.II – DO CRIME DE CALÚNIA (ART. 138, CPB)

É a atribuição a alguém da prática de um fato definido como crime, sendo falsa esta atribuição. Só há calúnia se o agente imputar um fato tipificado como crime determinado, exceto fato definido como contravenção penal, configurado como difamação, o que não é o caso em questão.

A falsidade da imputação pode se referir tanto à própria existência do crime imputado, quando atribuído a alguém fato que não ocorreu, quanto à autoria, atribuindo fato verdadeiro a alguém que não seja seu autor, desta maneira, não há fraude alguma comprovada, e nem muito menos comprovada e atribuída ao Noticiante, que é pessoa honesta e de boa-fé.

Todo homem possui dignidade, e ainda que pelo desvalor comprovado da sua conduta desvirtuada, desonrada, não pode ser considerado como exceção a essa regra. Assim, ainda que pela desonradez, protege-se o fragmento que resta intocável, indissociável de todo e qualquer pessoa humana ou jurídica. Nesse sentido é o ensinamento de José Henrique Pierangelli

(2005, p. 198):

“Hodiernamente, não mais se discute que possa alguma pessoa estar privada da proteção à sua honra, pois, com a abolição da pena de infâmia, nem mesmo a pessoa mais degradada na escala social encontra-se completamente despojada do amor próprio, ou deixa de ter direito a um mínimo de respeito por parte das outras pessoas. É que sempre restará uma zona honorífica intacta (PILI), ou reais oásis morais”.

Desta maneira, se até a pessoa mais degradada na escala social encontra-se resguardada pelo ordenamento jurídico pátrio de ter sua honra ferida; ao Noticiante, que possui a honra ilibada e é pessoa comprovadamente honesta, este tipo de ofensa representa e lhe causa um prejuízo imensurável.

Tal delito consuma-se quando terceira pessoa toma conhecimento da ofensa, o que resta amplamente comprovado pelo resumo dos fatos, e pela juntada do rol de testemunhas ao final desta.

Sendo crime formal, despreza-se o resultado naturalístico, como vemos a seguir: “Havendo imputação ao querelante da prática de fato típico, tem-se por consumado o crime de calúnia” (STF, Inq 2.503, rel. min. Eros Grau, P, DJE de 21-5-2010).

A calúnia verbal não admite a tentativa, pois, ou o agente profere a ofensa e o crime está consumado, ou não o faz e, nesse caso, o fato narrado acima é completamente típico, e possui claro enquadramento no crime de Calúnia.

II.III – DO CRIME DE DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA (ART. 339, CPB)

A denúncia caluniosa é um crime contra a administração da justiça, no qual o agente dá causa ao início de uma investigação policial ou de um processo penal contra alguém, imputando-lhe crime ou contravenção do qual é inocente (artigo 339, caput, e § 2.º, do Código Penal).

A falsidade da imputação ocorre não apenas quando o fato imputado não se verificou, mas também quando, embora verdadeiramente ocorrido, tenha sido praticado por outra pessoa. Por consequência lógica, quando se relata crime inexistente, obviamente a autoria imputada também é falsa.

Ocorrendo ou não o crime, desde que a autoria seja falsamente imputada, o agente movimentou indevidamente a máquina estatal e estaria configurado o prejuízo à Administração da Justiça. Assim, a falsidade da imputação resta comprovada, seja pela decisão definitiva que reconheça a inocência do acusado, seja pelo arquivamento do inquérito policial, pois a jurisprudência entende ser necessário apenas o arquivamento do inquérito policial para existir a justa causa ao processo por denúncia caluniosa, não necessitando o trânsito em julgado.

Desse modo, arquivado o inquérito iniciado pela falsa acusação, já existiriam indícios suficientes para início da ação penal por denúncia caluniosa.

Neste sentido:

“Basta o arquivamento do inquérito policial sobre o crime imputado para que se dê ensejo ao processo pela denúncia caluniosa. Recurso desprovido” (STF – RHC – Rel. Amaral Santos)

Na mesma linha de pensamento:

“A denúncia por infração ao art. 339 do CP não depende de comprovação da falsidade da imputação, bastando o preliminar arquivamento do inquérito policial” (TJPR – HC – RT 548/345).

Fundamental, como condição de procedibilidade da ação, que haja indícios suficientes de inocência do imputado e da má-fé do denunciante, como resta comprovado no caso em tela; e o arquivamento do inquérito ou a decisão absolutória em primeira instância são o bastante para a instauração da ação penal por denúncia caluniosa.

Não havendo necessidade de decisão absolutória transitada em julgado, pois a sentença de primeira instância é apenas condição de procedibilidade, ou seja, não demonstra certeza de que existiu a denúncia caluniosa; esta será apurada na instrução da nova ação, que terá início com a decisão de absolvição, mesmo que passível de modificação posterior.

Dessa maneira, restam comprovados todos os requisitos de autoria e materialidade do delito em questão, sendo medida de justiça e necessidade a instauração do referido processo, para esclarecimento dos fatos, com base no princípio "in dubio pro societate".

III – DAS MEDIDAS CAUTELARES LIMINARES.

Excelência, a ameaça de morte é clara e incontestada, pois, o Noticiante e sua família, não conseguem mais ter uma vida ou rotina normal e despreocupa desde que o Representado começou esta verdadeira caçada em busca do Noticiante; para, em seus delírios, fazer algum tipo de justiça com as próprias mãos, passando por cima da justiça, e escolhendo a autotutela como meio de satisfação de seus interesses, o que é um absurdo ao nosso devido processo legal, e todos os princípios constitucionais conhecidos na sociedade moderna e civilizada, representando claro e iminente risco de vida ao Noticiante e sua família.

Diante disso, REQUER concessão de medidas cautelares, especialmente as previstas no Art. 319, II e III do CPP, ou seja, a determinação de que:

- a) Mantenha uma distância segura do Noticiante, de sua esposa, e de seus filhos.
- b) Mantenha uma distância segura da residência do Noticiante, localizada no endereço (xxx , nº 1975 – xxx – Ceará, CEP xxx , Bairro xxx).
- c) Mantenha uma distância segura da escola xxx , na qual

estudam os filhos do noticiante, localizada no endereço Rua xxx , 1068 – Pimenta – xxx – Ceará – CEP: xxx

d) Mantenha uma distância segura de qualquer das lojas do mesmo, localizada nos endereços:

1- R. Carolina xxx , nº 163 – Loja 101, Centro – xxx .

2- Lojas 104/105 no xxx Shopping.

3- R. xxx , nº 690 – xxx , no xxx Mall.

e) Não mantenha qualquer contato com o noticiante, sua esposa ou seus filhos, mesmo por meio de ligações, mensagens ou afins.

Acreditamos que, com um mandado deste r. juízo, a situação possa se amenizar, e a paz e segurança possam voltar a reinar para o Noticiante e sua família, evitando que aconteça uma tragédia.

IV – DOS PEDIDOS

Em face de todo o exposto, vem, com o devido respeito, REQUERER:

I) Que, como medida de justiça e necessidade, sejam concedidas LIMINARMENTE as medidas cautela ora pleiteadas, a fim de que o Noticiante e sua família estejam mais seguros, e que não ocorra uma tragédia.

II) Seja ouvido o Ilustre representante do Ministério Público, para o prosseguimento da persecução penal contra o Representado, para que, ao final seja condenado pelas práticas dos crimes previstos nos Art. 147, caput e parágrafo único; Art. 138, caput; e Art. 339, Caput, todos do Código Penal Brasileiro.

V – DO ROL DE TESTEMUNHAS

(1) xxx, Residente e domiciliado à Rua xxx , nº 413, Bairro

xxx , Cxxx /CE, telefone: (xxx) 9. xxx – xxx .

(2) xxx, Residente e domiciliado à Rua xxx , nº 413, Bairro xxx , Cxxx /CE, telefone: (xxx) 9. xxx – xxx .

(3) xxx, Residente e domiciliado à Rua xxx , nº 413, Bairro xxx , Cxxx /CE, telefone: (xxx) 9. xxx – xxx .

(4) xxx, Residente e domiciliado à Rua xxx , nº 413, Bairro xxx , Cxxx /CE, telefone: (xxx) 9. xxx – xxx .

Termos em que, pede e espera urgente deferimento.

xxx/CE, 26 de agosto de 2019.

DR. xxx

OAB/CE

Representação Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da __ Vara Criminal da Comarca de Manaus- Estado do Amazonas-(AM):

Odorico Paraguaçu, (Querelante), brasileiro, casado, profissão, vendedor inscrito no CPF sob o Nr xxxxxx e RG xxxxxxxxxxxxxx, SSP/AM, residente e domiciliado, na Rua zumbi, casa 620, Conjunto Cidade, Bairro, Nova Cidade, Manaus – AM; CEP: xxx,Telefone (92), xxxxxxx9, E-mail: xxxxx, e Odorica (querelante), brasileira, casada, profissão, do lar inscrita no CPF sob Nr e RG , SSP/MA, residente e domiciliada, na Rua ,casa 60, Conjunto Nova Cidade, Bairro, NOVA CIDADE, MANAUS – AM; CEP: xxxxx6,Telefone (92), xxxxxxxxxxx, E-mail: cccccccccccccc, por intermédio de seu advogado e bastante

procurador que esta subscreve, procuração anexa (doc. 01), vem à presença de Vossa Excelência, com o devido acato e respeito de estilo, com as homenagens merecidas, dentro do prazo decadencial , nos termos do art. 38 Caput e art. 39, § 5º, Código do Processo Penal (CPP) combinado com, art. 29 e art. 103, ambos do Código Penal , oferecer e propor a presente

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

(NOTITIA CRIMINIS)

Contra, Odorica sobrinha, alcunha de “Sarah berg”, (Querelada), residente e domiciliada, na RUA NOVA 21, Bairro: PETRÓPOLIS, MANAUS – AM, CEP: xxxxx; Telefone: (92) xxxxxxxxxxxx, pelos motivos que a seguir passa a expor:

I. DOS FATOS- Parte.1

O Querelante, no dia 15 de outubro de 2020, foi surpreendido pelas redes sociais, no caso, “facebook “ que sua sobrinha de nome: Odorica sobrinha, também conhecida, alcunha “Sarah berg”, (Querelada) filha da irmã xica, vem de forma caluniosa, odiosa, postando, propagando e espalhando, em sua página do “facebook “, <https://www.facebook.com/profile>, (página da Odorica sobrinha ; alcunha “Sarah berg”), que o pai e mãe, do Querelante, (avós de Odorica sobrinha, vulga, “Sarah berg”), ora Querelada, estão sendo vitimas de mais tratos, e outros anexo (doc.05).

A Querelada, em suas calunias, indica endereço onde mora o Querelante e, (dois idosos um de 82 anos e o outro de 89 anos), pais Querelante incitando a desordem e violência.

A Querelada, sobrinha, do Querelante, Srta. Odorica sobrinha, também conhecida por alcunha “Sarah berg”, acusa, injustamente, o Querelante por maus tratos, apropriação de dinheiro dos idosos, tomado a casa dos idosos, comprado apartamento e sitio com o dinheiro dos idosos e outras acusações odiosas e falaciosas, alardeada nas redes sociais.

Ressalta que Querelada, sobrinha, do Querelante , Srta, Odorica sobrinha, alcunha "Sarah berg", nunca cuidou ou fez algo pelos idosos.

Os pais do Querelante, são idosos, o pai Sr. JOSE , com 89 anos de idade , com sintomas de mal de " Parkinson" e a mãe Sra. JANIRA, com 82 anos de idade, acamada com câncer, vivem e convivem com o Querelante.

O Querelante, é o responsável legal pelos idosos conforme documentos, ora anexados, (doc. 06).

O Querelante, no prazo legal, registrou boletim de ocorrência policial, em face de Odorica sobrinha, vulga, "Sarah berg"), ora (Querelada, por art. 138; art. 139 e art. 140, todos do Código Penal (Calunia, Difamação, Injúria e Perfil falso), anexo (doc.04).

I. DOS FATOS- Parte.2

A Querelante, no 15 de outubro de 2020, foi surpreendida pelas redes sociais, no caso, "facebook " que a sobrinha de seu esposo Odorica sobrinha, alcunha "Sarah berg", (Querelada) vem de forma caluniosa postando em sua página do "facebook <https://www.facebook.com/profile.php>, que o sogro e sogra, da Querelante, (avós de Leopoldina, vulga, "Sarah berg"), ora Querelada, estão sendo vítimas de mais tratos, e outros anexo (doc.05).

A calúnia diz:. que 02 dois idosos, são maltratados pela Querelante. A Querelada, espalha ainda de forma odiosa nas redes sociais, inclusive afirma que o apartamento da Querelante, é fruto do dinheiro dos idosos anexo (doc.05).

A Querelante esclarece que o dito apartamento foi objeto do programa e projeto minha casa minha vida em São Luís , Estado do Maranhão, conforme postagem no "facebook", cuja realidade dos fatos são outras.

A Querelante Informa que os idosos, moram com a Querelante e seu esposo.

A Querelante, no prazo legal, registrou boletim de ocorrência policial, em face de Odorica sobrinha, vulga, "Sarah berg"), ora (Querelada, por art. 138; art. 139 e art. 140, todos do Código Penal (Calunia, Difamação, Injúria e Perfil falso), anexo (doc.04).

Esses são os fatos, em que há de se aplicar o direito.

II – DO VINCULO FAMILIAR

O Querelante é (Tio) da Querelada, residem em endereços e bairros distintos, conforme documentação carreada no caderno processual.

III.- DO DIREITO

À luz do princípio de inafastabilidade do Poder Judiciário, provisionado no art. 5º, inciso XXXV, da CFRB/88, In verbis

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Neste importante dispositivo constitucional encontra-se plasmado o denominado princípio da inafastabilidade da jurisdição.

O artigo 18 do Código Penal diz que:

Art. 18 – Diz-se o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Crime doloso (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

I – doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único – Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Calúnia

Art. 138 – Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º – Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

§ 2º – É punível a calúnia contra os mortos.

Exceção da verdade

§ 3º – Admite-se a prova da verdade, salvo:

I – se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;

II – se o fato é imputado a qualquer das pessoas indicadas no nº I do art. 141;

III – se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

Difamação

Art. 139 – Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Exceção da verdade

Parágrafo único – A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

Injúria-(Código Penal)

Art. 140 – Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º – O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I – quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II – no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

§ 2º – Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Pena – reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997)

O caso em tela se amolda perfeitamente no dispositivo constitucional e infraconstitucionais.

IV. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Por todo o exposto

- a) Requer os benefícios da justiça gratuita,
- b) Requer a Vossa Excelência, em conjunto com o Ministério Público que se digne receber a presente representação CRIMINAL (NOTITIA CRIMINIS), tendo em vista, entender, estar presentes todas as condições da representação e ação penal, interesse de agir, legitimidade ad causam, possibilidade jurídica dos pedidos, justa causa, formalidade, materialidade, vítimas, testemunhas e circunstâncias;
- c) Requer vista, e intervenção do Ministério Público, sendo o titular da ação penal, para que diligencie da forma que entender, como é o propósito desta representação, autorizando a consequente persecução penal, nos termos dos artigos 38 Caput e art. 39 § 5º, Código do Processo Penal , combinado com, art. 29 e art. 103 , 138. Art. 139 e art. 140 e art. 339, todos do Código Penal;
- e) Após vista ao MP, requer a citação da Querelada, Srta, Odorica sobrinha, alcunha de “Sarah Berg”, para que venha perante esse respeitável Juízo prestar informações e responder aos termos da presente representação.

Subsidiariamente,

- e) Pleiteia, por fim, nos termos do art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, que seja ao final fixada valor no importe de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), de indenização a casa um dos Querelantes
- f) Requer a procedência dos pedidos para apurar, denunciar e condenar Srta, Odorica sobrinha, alcunha de “Sarah berg”, nos termos do art. 18 ,c/c art. 138. Art. 139 e art. 140 do Código Penal Brasileiro , combinado com art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal;.
- g) Requer a juntada de documentos.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente pela oitiva da querelada.

Nestes Termos, em que pede conhecimento, recebimento, processamento, acolhimento e deferimento, como medida de inteira justiça, cumpridas as necessárias formalidades legais.

Manaus-AM, 17 de novembro de 2020

ODORICO

Querelante

ODORICO ESPOSA

Querelante

Nesses termos,

pede deferimento.

Manaus-AM, 17 de novembro de 2020

XXXXXXXXX

Advogado

OAB/AM 00000

Representação Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR DELEGADO DE POLÍCIA TITULAR DO

DISTRITO POLICIAL DA COMARCA XXXX

Fulana, brasileira, casada, comerciante, e Portadora do RG n xxxxc e CPF Xxxxxc, residente e domiciliada na Rua das flores, número 45, no centro da cidade de Xxxx, com endereço eletrônico Xxxxxxxx, vem à presença deste juízo, o que faz por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA Xxxxxc para ajuizar a presente ação de:

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL

Em face de Xxxxxx, solteiro, desempregado, inscrito no RG de número Xxxxx e no CPF de número Xxxxx, endereço eletrônico desconhecido, residente e domiciliado na Rua São Paulo, número 32, no Bairro Xxxxx, na Cidade de xxxx, pelos motivos e fatos que seguem:

AUTORIA DELITIVA-NEXO CAUSAL

No dia 4 de Agosto de 2019, o Representado supracitado praticou uma conduta negativa, enquadrada no código penal como sendo Estelionato e que gerou ao Representante também supracitado um dano ao seu patrimônio, pois o mesmo tomou posse de celular e produtos que considerado acessórios para o mesmo, com o passar do tempo não efetuou o pagamento devido.

Na Seara Penal, a autoria delitiva é daquele sujeito que pratica a ação expressa pelo verbo típico da figura delituosa. Assim, diante dos fatos narrados não resta dúvida de que o autor deste crime foi a pessoa que está devidamente qualificada acima.

MATERIALIDADE

A presente ação visa a efetivação da proteção constitucional com a condenação criminal resultante da materialidade e da autoria do imputado evidenciado pela descrição das ações praticadas pelo mesmo.

TIPICIDADE

Neste t3pico n3s atemos ao que est3 previsto no C3digo Penal, nos seguintes termos:

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem il3cita, em prejuzo alheio, induzindo ou mantendo algu3m em erro, mediante artif3cio, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.(...)

Cabe ressaltar, que o depoimento da v3tima e das testemunhas no Boletim de Ocorr3ncia e demais documentos que se encontram devidamente anexados, configura prova suficiente no que tange a autoria e a materialidade.

Diante de tais fatos, requer-se a condena33o do r3u tendo como base, os ditames legais dispostos no ART. 171 do CP. Segundo a doutrina:

“O dolo do estelionato 3 a vontade de praticar a conduta consciente o agente que est3 iludindo a v3tima. Exige-se o elemento subjetivo do injusto (dolo espec3fico), que 3 a vontade de obter il3cita vantagem patrimonial para si ou para outrem”. (MIRABETE, J3lio Fabbrini. Manual de Direito Penal. 18 Ed. S3o Paul: Atlas, Fla. 304)

DOS PEDIDOS

Isso posto, vem a ofendida representar com base nos dispositivos legais j3 mencionados, requerer seja instaurado o Inqu3rito Policial pela autoridade competente.

A oitiva das testemunhas adiante arroladas.

A produ33o de todas as provas em direito admitidas;

Finalmente, digne-se a Vossa Excel3ncia, determinar, em decorr3ncia do meio criminoso utilizado pelo o acusado, pela propositura da a33o penal, a fim de que sejam aplicadas ao acusado as penas cominadas no art. 171, § 2º inc I, do CP.

Embora a causa seja de valor inestim3vel, atribui-se o valor de R\$ 7.000,00, para cumprimento de obriga33o legal.

Cidade, Dia, M3s e Ano

Assinatura do Promotor de Justiça

ROL DE TESTEMUNHAS:

Testemunha:XXXXXXXXXXXX

Testemunha:XXXXXXXXXXXX

Testemunha:XXXXXXXXXXXX

Modelo de representação criminal – art. 147 CP

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA VARA
COMARCA DE **ESTADO**

Referente ao B.O. nº

FULANA DE TAL, profissão, possui endereço eletrônico e-mail, nacionalidade, naturalidade, residente e domiciliada (não esquecer o CEP), vem por intermédio do seu advogado conforme procuração com poderes especiais que será anexada digitalmente via PJE, com fuste nos artigos 38 e 39 do Código de Processo Penal, vem muito respeitosamente perante Vossa Excelência propor REPRESENTAÇÃO CRIMINAL em face do senhor Beltrano de tal, profissão, endereço eletrônico, nacionalidade, naturalidade, residente e domiciliado (não esquecer o CEP) na conduta descrita no artigo 147, parágrafo único do Código Penal, para que assim a Vara respectiva tome como objetivo apurar a responsabilidade Penal do autor acima.

Fatos.

Basicamente você vai expor o que está basicamente no Termo Circunstanciado de Ocorrência mais o que a vítima vai relatar pra você.

2. Da competência dos Juizados Especiais Criminais – Lei 9.099/95

O procedimento sumaríssimo se faz presente no caso em tela, já que ao visualizar a respectiva pena do crime temos:

Art. 147. Código Penal. Ameaçar alguém, por palavras, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, causar-lhe mal injusto e grave:

Pena – detenção de um a seis meses, ou multa

3. Ação Penal Pública Condicionada à representação da ofendida.

Excelência as condutas ora descritas e nitidamente cometidas pelo senhor BELTRANO DE TAL contra a vítima FULANA DE TAL são de ações públicas condicionada à representação da vítima, já que estão demonstradas através de prints que os crimes ora cometidos pelo senhor BELTRANO DE TAL são muito graves, pois tocam ou violam a intimidade da vítima e sua privacidade, acentua-se que o autor dos crimes por demasiadamente utiliza-se das redes sociais no intuito de ameaçar e perseguir a vítima FULANA DE TAL enviando mensagens de textos de cunho ameaçador e de perseguição tanto do seu perfil privado como também envia essas mensagens no perfil profissional das suas respectivas Empresas, cito _ . A vítima Excelência possui total interesse em ver a instauração de procedimento contra o autor do crime, pois ela não aguenta mais as sucessivas “cobranças” que o autor vem fazendo a um certo tempo. O crime descrito no código penal são condicionadas à representação da vítima, de acordo com os artigos 147, parágrafo único do Código Penal que diz: ameaçar alguém, por palavras, escritos ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave. Parágrafo único: somente se procede mediante representação.

4. Ameaças.

A vítima prova através desta representação criminal que o autor do crime vem ameaçando a mesma através das redes sociais, conforme os prints a seguir:

AQUI VOCÊ ANEXARÁ OS PRINTS OU OUTRA PROVA QUE CARACTERIZE AS AMEAÇAS

É nítido Excelência o tom ameaçador que o senhor BELTRANO DE TAL imprimi contra a vítima FULANA DE TAL, é de se demonstrar que o crime de ameaça é um ataque à liberdade pessoal da ameaçada, isto é a vítima encontra-se com um certo medo de sair as ruas, pois é nítido que a senhora FULANA DE TAL vem tentando se esconder para não encontrar com o autor BELTRANO DE TAL, aliás a imagem acima não deixar mentir. Está flagrantemente caracterizado o crime de ameaça, já que a conduta viola a liberdade individual da vítima ameaçada. A jurisprudência, sobre o tema se comporta assim:

“justifica-se a incriminação, vez que a conduta representa um ataque à liberdade pessoal do ameaçado, perturbando a sua tranquilidade e a confiança na sua segurança jurídica, abalando, desse modo, a sua faculdade de determinar-se livremente (JTACrimSP 36/351).

Veja Excelência e também veja respeitável membro do Ministério Público o quanto a vítima está sofrendo e ela socorrer-se perante o Poder Judiciário no intuito de que essas ameaças acabem. Como forma ainda de provar a gravidade dos crimes, anexo mais um print provando o quanto a vítima está sofrendo:

NOVAMENTE ANEXE AS PROVAS QUE CARACTERIZE AS AMEAÇAS SOFRIDAS

Demonstrando uma certa conduta agressiva em cobrar uma dívida, não justifica que o autor do crime profira palavras deste naipe contra a vítima e sua família no perfil profissional da sua empresa. O autor acha que na internet a lei não é

obedecida, o que está redondamente enganado.

Diante disso a vítima do crime de ameaça tem interesse que apure a respectiva ação penal no intuito de apurar as condutas criminosas que ela sofre.

5. Pedido

Diante das inafastáveis condutas delituosas contra a vítima FULANA DE TAL, tendo o autor dos crimes ajustado sua conduta típica no artigo 147 do código penal, a vítima vem apresentar a Vossa Excelência que se instaure procedimento judicial visando apurar as condutas já devidamente descritas, tudo para que se forme a competente ação penal.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Município, Estado, Data, Ano

Advogado

OAB

Representação Criminal – Injúria Racial

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
Art. 140, § 3º CP (injúria qualificada)

AO SENHOR DELEGADO TITULAR DA DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE
VESPASIANO

XXXXXXXXXX , brasileira, casada, pentiadista, natural de saltos, MG, RG MG XXXXXXXX, CPF XXXXXXXX, filha de XXXXXXXX, residente a rua AA, nº 10, Bairro saudade, Saltos, MG vem, por meio de suas advogadas, procuração anexo, apresentar:

REPRESENTAÇÃO CRIMINAL POR INJÚRIA RACIAL

Em desfavor de FORINDA POPIS GIRAFARIS, brasileira, solteira, atendente comercial, domicilio profissional, Av. Sal e mel, nº 22, Saudade, Saltos /MG, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

1. DA AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA A REPRESENTAÇÃO DA VITIMA

A presente ação procede-se por meio de ação pública condicionada a representação da vítima, haja vista as alterações realizadas pela por força da lei nº 12.033/2009, que tornou os crimes de injuria qualificada descritas no art. 140, 3º do Código penal Brasileiro. Logo viemos a autoridade competente representar a presente.

2. DA AUTORIA DELITIVA E MATERIALIDADE

No dia 19 de setembro de 2022 por volta das 22:46h, a Representante tomou conhecimento por meio de terceiros, de que a Representada transmitiu em sua rede social, Instagram, um vídeo vexatório, em que a mesma injuriava a reclamante com dizeres racistas, comparando o cabelo da injuriada a uma esponja de aço ao se referir ao mesmo como " CABELO DE ASSOLAN". No vídeo a mesma ainda esclarece que "não gosta de Preta".

O fato criminoso se deu pelo simples fato de a Representante, após receber diversas mensagens do estabelecimento comercial AÇÁÍ LEGIS, pelo número de whats

(31) 99992-999, solicitar a retirada de seu contato da lista de transmissão administrado pelo Estabelecimento Comercial.

O pedido foi feito de forma educada e direta as 21:50h, conforme print colacionado. VEJAMOS.

Colacionar fotos ou provas

No entanto, tempo a pós por volta de 22:45hr Vitima, recebeu ligações e mensagens de pessoas que davam conta que a mesma estava sendo alvo de ataques racistas, por parte de funcionárias do ... em um vídeo que circulava nos stores da conta de ...

O Vídeo foi enviada para seu conhecimento, sendo possível identificar cristalinamente a sra. FLORINDA como autora do crime de injúria bem como seus desígnios de atacar a dignidade, a honra e destilar ódio e intolerância racial instigação de suas colegas de trabalho (não identificadas).

O art. 140, § 3º do Código Penal, descreve de forma objetiva a conduta a ser praticada pelo agente na pratica do crime de injúria racial. É preciso que o agente utilize elementos ligados a raça, cor ou etnia da vítima para causa-lhe mal que ataque sua honra, dignidade.

Código Penal – Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940

Injúria

Art. 140 – Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 3o Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Pena – reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997)

Ressalta-se que, grande repercussão do fato na comunidade local, já que ambas residem no mesmo bairro, a Representante encontra-se profundamente abalada, apresentando crises de ansiedade, dificuldades para trabalhar e se apresentar em público, já que sua autoestima foi subjugada sem causa.

No direito penal autoria delitiva e de quem executa a ação expressa pelo verbo típico da figura delituosa, portanto pelos fatos narrados não restam dúvidas de que a representada foi autora do crime indicado, razões pela qual requer a sua condenação.

Diante de tais fatos faz-se necessário apuração e punição exemplar para a agressora pelo crime de injúria racial tipificado nas arras do art. 140, § 3º do Código Penal.

3. DA TIPICIDADE

Quanto ao fato em comento, percebe-se que a tipicidade do crime é formal. A tipicidade formal se configura quando a conduta praticada pelo agente adequa-se com perfeição à descrição abstrata prevista no ordenamento penal.

4. DA CONSUMAÇÃO

Considera-se o delito consumado quando a ofensa chega ao conhecimento da vítima. Não é necessário que terceiro dela tome conhecimento. Assim sendo, consumou-se o crime no momento exato que a Representada recebeu de terceiros as informações e teve acesso aos vídeos que lhe ofendia, qual seja, dia 19/09/2022 as 22:46H.

5. DOS PEDIDOS

Por todo exposto requer a Representante que:

a) Seja recebida a presente REPRESENTAÇÃO CRIMINAL, em desfavor de FLORINDA , com sua imediata condução, a fim de que possa ser instaurado competente inquérito policial e posteriormente oferecida denuncia pelo digno Representante do Ministério Público.

b) Seja aceito a produção de todos os meios de provas por todos os meios admitidos em direito.

c) Ao final que seja julgado procedente o pedido para condenar a Representada Agressora pelo crime de artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal.

d) Requer ainda a fixação de condenação por indenização pelos prejuízos sofridos pela representada nos termos do artigo 387 parágrafo 4º do CPP, bem como a obrigatoriedade de retratação pelos mesmos meios de divulgação do vídeo, qual seja, pelo Stores do Instagram.

Termos em que espera deferimento.

Vespasiano, 23 de setembro de 2022.

XXXXXXXX

OAB/MG 00000

Representação criminal – art. 147 do CP

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
REPRESENTAÇÃO CRIMINAL – AMEAÇA – ART. 147 CP

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIRETO DA ____ª VARA DA
COMARCA DE _____

_____, brasileira, solteira, auxiliar administrativa,
inscrita no CPF sob nº _____, residente e domiciliada
na Rua _____, nº ____, Bairro _____, na cidade de
_____, por seu advogado *in fine* assinado, *ut*
instrumento de procuração anexo (doc. nº 01), com escritório
situado à rua _____, nº ____, bairro _____, CEP
_____, na cidade de _____, onde recebe
intimações, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., com
fundamento no que preceitua o artigo 100, § 1º do CP e art. 24
do CPP, **REPRESENTAR** contra _____, brasileiro, casado,
autônomo, RG sob nº _____, residente e domiciliado na
rua _____, nº ____, bairro _____, na cidade de
_____, CEP _____, neste Estado, pelas razões que
alinhadamente passa a expor:

A autora, durante aproximados 11 meses, entre __/__/__ e
__/__/__, manteve uma relação amorosa com o Réu. Entretanto,
após constatar que o mesmo tinha família constituída com outra
pessoa, em uma cidade vizinha, resolveu pôr termo ao namoro.
Inconformado com a atitude da autora, o réu passou a
importuná-la com frequência, na sua residência e no seu local
de trabalho, tentando convencê-la a reatar o namoro.

O réu não obteve êxito no seu intento. Frustrado, este passou
então a ameaçá-la de morte, não só a ela mas também a toda a
sua família, pois acredita que os pais da autora são os
culpados pelo fim do relacionamento.

Deve-se esclarecer que o réu, reiteradamente, repetiu suas
ameaças na frente dos pais da autora e de colegas de trabalho
que a tudo presenciaram.

Isto posto requer:

a) Que a cabível ação penal seja instaurada e o réu seja
enquadrado nas penas dispostas no artigo 147 da Legislação

Substantiva Penal, tendo em vista as injustas e descabidas ameaças que reiteradamente vem fazendo à Autora, roubando-lhe a paz de espírito e a tranquilidade;

b) Se digne V. Exa. determinar a imediata instauração de Inquérito Policial, para apuração dos fatos alegados e sejam tomadas as providências cabíveis ao caso;

c) Oferece desde já o rol de testemunhas;

d) A oitiva do D. Representante do Ministério Público, para os fins de direito e JUSTIÇA!;

Termos em que,

P. E. Deferimento

_____, __ de _____ de 200__.

Advogado

OAB – __ n° _____

Autora

Rol de Testemunhas:

1.) _____ brasileiro, casado, industriário, residente e domiciliado na Rua _____.

2.) _____ brasileiro, casado, metalúrgico, residente e domiciliado na Rua _____.

Representação criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
Exmo. Sr. Dr. Delegado de Polícia da Comarca de.....

(nome, qualificação e endereço), por seu advogado infra-assinado (doc. anexo), com escritório situado nesta cidade, à rua....., onde recebe intimações e avisos, vêm, à presença de V. Exa., com fundamento no art. 5.º, § 4.º, do Código de Processo Penal, oferecer **REPRESENTAÇÃO** contra (nome, qualificação e endereço), em vista das seguintes razões de fato e de direito:

1. O representante em data de..... às..... horas, nesta cidade, à rua....., fora ameaçado pelo representado, que lhe dirigiu as seguintes palavras na presença de testemunhas.

2. Tem o representante receio de que o representado venha a cumprir com o prometido, eis que o mesmo sempre transita armado, já tendo se envolvido em outras oportunidades em encenanças, que denotam sua atitude violenta.

3. A vista do exposto, considerando-se que a atitude do representado constitui crime de ameaça, na forma do art. 147 do Código Penal e por depender de representação a apuração e responsabilidade de tal delito, é a presente para respeitosamente requerer a V. Exa., seja a presente recebida e tomadas as providências legais, com a oitiva do representado e das testemunhas ora indicadas, remetendo-se a seguir os autos ao Juízo desta comarca, para que o representante do Ministério Público venha a oferecer a competente denúncia.

Pede deferimento.

(local e data)

(assinatura e n.º da OAB do advogado)

Representação Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024

ILMO. SR. DR. DELEGADO TITULAR DA ___ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE

_____, defensor público em exercício nesta comarca, cientificando-se do crime de, previsto no artigo _____ do Código Penal, vem, com supedâneo no artigo 3000 e parágrafos do Código Processual Penal, representar contra _____, Nome, Qualificação e Residência, pelos motivos que a seguir expõe, para a final requerer:

1. (Narrar o evento criminoso em detalhes);
2. (...).
3. Desse modo, incorreu nas sanções dos arts. _____ do Código Penal, crime punido com pena de _____;
4. Tratando-se de crime de AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA e encontrando-se os pais da vítima entre os juridicamente miseráveis, requer a Vossa Senhoria:
 - a) a oitiva do representante do Ministério Público;
 - b) a ratificação da representação pelo representante legal da vítima;
 - c) a juntada aos autos do rol de testemunhas.

Termos em que, pede e espera deferimento.

_____, ____ de _____ de _____.

Advogado OAB nº _____.

Rol de testemunhas:

- 1) _____ (nome, qualificação e residência);
 - 2) _____ (nome, qualificação e residência);
-

Representação criminal – art. 42 do CP

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ___ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE _____.

_____, brasileiro, mecânico, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, domiciliado e residente nesta comarca, por seu procurador e advogado que esta subscreve (doc. 01), inscrito na OAB, seção de _____, sob o n.º _____, com escritório na Rua _____ n.º _____, Bairro _____, CEP. _____, onde recebe intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 3000, combinado com o artigo 44 do Código Processual Penal, oferecer a presente **REPRESENTAÇÃO CRIMINAL**, contra _____, brasileira, costureira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº _____, inscrita no CPF/MF sob o nº _____ também domiciliada e residente nesta comarca na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, CEP. _____, para fins de ser a mesma Denunciada e Processada na forma do artigo 33000 do Código Penal (Denúncia Caluniosa), pelos motivos de fato e de direito que passa a aduzir:

1. Conforme se vê nas peças em anexo, extraídas dos autos da

Ação Penal – Proc. nº ____, desta comarca, o Requerente foi, deliberadamente e por vingança, acusado pela cidadã acima qualificada, mediante “Representação Criminal”, de ter furtado em co-autoria, no dia ___/___/____, aproximadamente, _____ (expor a acusação).

2. Encerrada a fase policial, com remessa do Inquérito à Juízo, a Digníssima Promotoria, por força das exigências do artigo 42 do Código de Processo Penal, ofereceu “Denúncia” contra o Requerente, e demais elementos apontados como co-autores (doc. 02), o que, por tal fato, implicou na sua “citação”(doc. 03), “qualificação” e “interrogatório”(doc. 04), sujeitando-o a uma situação constrangedora e humilhante, e a todos os danos morais e materiais, que à espécie acarreta.

3. Terminada a instrução processual, e ouvidas as ___ testemunhas, ilustre e honrado Representante do Ministério Público, após detido exame do processo, houve por bem, nas suas “Alegações Finais”(doc.05), pedir a absolvição de Requerente, através da seguinte declaração:

“Com referência ao acusado _____, nada ficou provado, pelo que, deve ele ser absolvido das acusações que lhe foram feitas na denúncia”.

4. Finalmente, com a publicação da referida sentença prolatada em _____ de _____ de 20____ (doc. 06), ficou definitivamente reconhecida e proclamada a inocência do Requerente, pelo MM. Juiz, julgador do feito, consoante se vê pelo respeitável pronunciamento abaixo:

“Julgo por sentença, em parte, improcedente a denúncia de fls., para absolver como de fato absolvo _____, já qualificado, por reconhecer este juízo que o mesmo não participou do crime de furto mencionado da denúncia de fls. _____”.

5. Segundo a lei, a doutrina e a jurisprudência, não é justo e nem jurídico que, alguém à pretexto de defesa de seus

direitos, procure a autoridade competente, levando-lhe queixa contra um cidadão inocente, sujeitando-o à humilhações e vexames econômicos e morais de toda a ordem, com abalo de seu crédito e reputação, e fique impune pelo ato dolosamente praticado.

6. À luz do expendido, e dado as conseqüências morais e patrimoniais sofridas injustamente pelo Requerente no processo mencionado, é a presente com fundamento no disposto do artigo 33000 do Código Penal para, respeitosamente requerer de Vossa Excelência., as providências que se fizerem necessárias, no sentido de ser a cidadã _____, qualificada supra, Denunciada e Processada criminalmente na forma legal, ouvindo-se oportunamente, se necessário, as testemunhas abaixo relacionadas, com dispensa de inquérito policial, de vez que a inclusa documentação faz "prova plena" da existência do ilícito penal e da autoria.

Termos em que, com os documentos acostados,

Pede e aguarda deferimento.

_____, ____ de _____ de ____.

Advogado OAB nº _____.

Rol de Testemunhas:

1) _____ (nome, qualificação e residência)

2) _____ (nome, qualificação e residência)

3) _____ (nome, qualificação e residência)

Representação criminal – art. 147 do CP

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE _____

_____, brasileiro, solteiro, industrial, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de _____, na Rua _____, n.º _____, vem, por intermédio de seu advogado (doc. n.º 01), com quem também subscreve a presente, com o devido acato à presença de Vossa Excelência propor a presente Ação Pública Condicionada à Representação, nos termos do parágrafo único do art. 147 do Código Penal, contra _____, brasileiro, casado, jardineiro, também residente nesta cidade e comarca na Rua _____, n.º _____, e a quem se imputa o crime de Ameaça, definido no “caput” do artigo supra-citado, conforme demonstra a seguir:

1. O Requerente, modesto industrial, foi procurado, na semana p.p, pelo Requerido que lhe pediu empréstimo em dinheiro que lhe foi negado, mesmo porque, percebendo pouco salário, não tem condições de fazer qualquer empréstimo, mínimo que seja;

2. Desde então, o Requerido tem sistematicamente esperado o Requerente à saída de seu local de trabalho, encerrado o expediente, e, na presença de testemunhas, cujos nomes constam do rol infra, algumas vezes empurrando e outras vezes ameaçando-o de agressões.

3. Entende o Requerido que referida situação não pode perdurar

uma vez que a mesma, além de tirar-lhe toda a tranqüilidade, vem transtornando sua vida.

Posto Isso, tendo o Requerido ajustado sua conduta à figura delituosa típica estampada no “caput” do já mencionado art. 147 do Código Penal, o rquerente vem representar a Vossa Excelência contra o mesmo, requerendo se requisite da Autoridade Policial instauração de Inquérito Policial em que se indicie _____, tudo para que afinal se promova a competente Ação Penal.

Nesses Termos, Pede deferimento.

_____ de ____ de ____.

Advogado _____ OAB _____ n _____ 9

Representante

Rol de testemunhas:

- 1) _____ (qualificação e endereço)
- 2) _____ (qualificação e endereço)
- 3) _____ (qualificação e endereço)

Representação Criminal

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 16, 2024
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL

DA COMARCA DE _____

_____, brasileiro, solteiro, industrial, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de _____, na Rua _____, n.º _____, vem, por intermédio de seu advogado (doc. n.º 01), com quem também subscreve a presente, com o devido acato à presença de Vossa Excelência propor a presente Ação Pública Condicionada à Representação, nos termos do parágrafo único do art. 147 do Código Penal, contra _____, brasileiro, casado, jardineiro, também residente nesta cidade e comarca na Rua _____, n.º _____, e a quem se imputa o crime de Ameaça, definido no "caput" do artigo supra-citado, conforme demonstra a seguir:

1. O Requerente, modesto industrial, foi procurado, na semana p.p, pelo Requerido que lhe pediu empréstimo em dinheiro que lhe foi negado, mesmo porque, percebendo pouco salário, não tem condições de fazer qualquer empréstimo, mínimo que seja;

2. Desde então, o Requerido tem sistematicamente esperado o Requerente à saída de seu local de trabalho, encerrado o expediente, e, na presença de testemunhas, cujos nomes constam do rol infra, algumas vezes empurrando e outras vezes ameaçando-o de agressões.

3. Entende o Requerido que referida situação não pode perdurar uma vez que a mesma, além de tirar-lhe toda a tranquilidade, vem transtornando sua vida.

Posto Isso, tendo o Requerido ajustado sua conduta à figura delituosa típica estampada no "caput" do já mencionado art. 147 do Código Penal, o requerente vem representar a Vossa Excelência contra o mesmo, requerendo se requisite da Autoridade Policial instauração de Inquérito Policial em que

se indície _____, tudo para que
afinal se promova a competente Ação Penal.

Nesses Termos, Pede deferimento.

_____ de ____ de ____.

Advogado

OAB

n

º

Representante

Rol de testemunhas:

- 1) _____ (qualificação e endereço)
- 2) _____ (qualificação e endereço)
- 3) _____ (qualificação e endereço)